PAUTA
PARA A 136ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 746, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que todos os materiais escolares destinados às crianças de até 12 anos de idade deverão ter certificação dos órgãos públicos competentes de que são isentos de quaisquer riscos para a saúde.

2 - Projeto de lei nº 747, de 2010, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Recreativa da Paulicéia" - ACREPA, em São Bernardo do Campo.

3 - Projeto de lei nº 748, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que as embalagens de Pão Integral comercializado no Estado só conterão a expressão "integral" se o produto tiver mais que 51% (cinquenta e um por cento) de grãos integrais na sua composição.

4 - Projeto de lei nº 749, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Declara de utilidade pública a "Associação Anti-Alcoólica de Jales" - AAAJ, naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 750, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Declara de utilidade púiblica a "Associação Cultural e Educacional Futuro Melhor", em Barueri.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 744, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de extratos trimestrais pelas administradoras de cartão de crédito, no âmbito do Estado.

2 - Projeto de lei nº 745, de 2010, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a proibição da disponibilização de sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais no Estado.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 743, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta os §§ 8º e 9º ao artigo 5º da Lei nº 6.374, de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 738, de 2010, de autoria do deputado Fausto Figueira. Dá a denominação de "Dr. Luiz Gonzaga de Oliveira Gomes" ao viaduto localizado no km 58,958 da Rodovia Anchieta - SP 150, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 739, de 2010, de autoria do deputado André Soares. Altera o artigo 4º da Lei nº 9.192, de 1995, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

3 - Projeto de lei nº 740, de 2010, de autoria do deputado Donisete Braga. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Comunitária em Itaquera e Adjacências" - ABC ITAQUERA, na Capital.

4 - Projeto de lei nº 741, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Propõe nova jornada de trabalho para o cargo de Psicólogo nas instituições públicas do Estado.

5 - Projeto de lei nº 742, de 2010, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública o "Núcleo da Terceira Idade de Boituva"- NUTI, naquele Município.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

14ª Sessão

Projeto de lei nº 711, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 28, de 2010, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral a fim de que determine a elaboração de estudos e a adoção de providências que possibilitem a regulamentação, em 2010, do voto do policial civil ou militar que se encontrar de serviço fora do seu domicilio ou zona eleitoral.

2 - Moção nº 40, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encaminhe ao Congresso Nacional proposta de aumento dos vencimentos dos membros das Forças Armadas a patamares condizentes com a dignidade da função.